

**14. PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGA E SOGILUG – SOCIEDADE DE GESTÃO INTEGRADA DE ÓLEOS LUBRIFICANTES USADOS LDA:**

Submete-se à consideração do Executivo Municipal o **Protocolo de Cooperação** a celebrar entre o **Município de Braga** e **SOGILUG – Sociedade de Gestão Integrada de Óleos Lubrificantes Usados Lda**, que tem por objeto estabelecer mecanismos de cooperação, com vista à gestão ambientalmente equilibrada dos óleos lubrificantes usados produzidos pelo Município, documento esse que aqui se dá como reproduzido e transcrito e vai ser arquivado em pasta anexa ao Livro de Atas, depois de rubricado por todos os membros presentes na reunião.

Sr. Presidente,  
Solicito o envio do presente  
Protocolo para reunião da Câmara  
16/12/16  
Altino



**BRAGA**  
Município

16.12.16  
16.12.16

Documento nº: I/486/DSJC/2016

Data Registo: 02-12-2016

Assunto: Protocolo de Cooperação - "SOGILUB"

Classificador: 0 - GENÉRICO

Tipo Documento: Informação Interna

Entidade:

Nome/Designação: Teresa Rodrigues

Endereço:

Livro: Documento Interno

Utilizador: Octavio Oliveira (Arqt)

Conhecimentos:

Data: 16-12-2016 14:21:12

Do ponto de vista da cooperação definida no protocolo em causa, consideram-se justas e adequadas, as ações a desenvolver pelo Município. Face ao parecer jurídico anexo proponho que o protocolo de cooperação seja remetido a reunião de Câmara para aprovação.

Destinatário: Altino Bessa (Eng)

Documento: I/486/DSJC/2016

Utilizador: Isilda Castro (Dra)

Conhecimentos:

Data: 12-12-2016 10:08:27

Remeta-se ao Sr. Diretor da DMGAP.

Destinatário: Teresa Rodrigues

Documento: I/486/DSJC/2016

Após Despacho, relegar ao Sr. Vereador Altino Bessa para diligenciar no sentido de se apurar da justeza das ações a desenvolver por esta Município previstas na clausula terceira do acordo de cooperação.

Utilizador: Isabel Costa (Dra)

Conhecimentos:

Data: 09-12-2016 13:19:24

Analisado o protocolo em anexo temos a informar, do ponto de vista estritamente jurídico, o seguinte:

Destinatário: Isilda Castro (Dra)

Documento: I/486/DSJC/2016

O Decreto-Lei n.º 153/2003, de 11 de Julho, veio estabelecer o regime jurídico a que fica sujeita a gestão de óleos novos e usados, assumindo como objetivo prioritário a prevenção da produção dos óleos usados, em quantidade e nocividade, seguida da regeneração e de outras formas de reciclagem ou outra forma de valorização.

Aliás do próprio preâmbulo pode ler-se: "O Decreto-Lei n.º 239/97, de 9 de Setembro, veio estabelecer as regras básicas para a gestão de resíduos, designadamente para a sua recolha, transporte, armazenagem, tratamento, valorização e eliminação, por forma a evitar a produção de perigos ou de danos na saúde e no ambiente. Nesse diploma foram consagrados como objectivos gerais da gestão a preferência pela «prevenção ou redução da produção ou nocividade dos resíduos, nomeadamente através da reutilização e da alteração dos processos produtivos, por via da adopção de tecnologias mais limpas, bem como da sensibilização dos agentes económicos e dos consumidores». Subsidiariamente, estatuiu-se que a gestão de resíduos visa assegurar a valorização dos mesmos, nomeadamente através de reciclagem, limitando as quantidades a submeter a eliminação.

Sendo válidos para a generalidade dos resíduos, estes objectivos colocam-se com maior acuidade no caso dos óleos usados, na medida em que, tratando-se de resíduos classificados como perigosos, a sua correcta gestão é uma condição indispensável para um desenvolvimento do País sustentável e com elevados padrões de qualidade. (sublinhado nosso).

As regras de gestão de óleos usados foram fixadas pelo Decreto-Lei n.º 88/91, de 23 de Fevereiro, e demais legislação regulamentar, que transpôs para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 1975/439/CEE, do Conselho, de 16 de Junho, relativa à eliminação de óleos usados,

conforme alterada pela Directiva n.º 1987/101/CEE, do Conselho, de 22 de Dezembro de 1986.

Passados cerca de 12 anos sobre a publicação desse diploma, considera-se ter chegado o momento de rever estratégias e introduzir no quadro legislativo nacional os aperfeiçoamentos que a experiência revelou convenientes - sem deixar de assegurar, no entanto, a transposição do referido normativo comunitário.

O presente diploma vem, desta forma, rever e completar a transposição para a ordem jurídica interna da Directiva n.º 75/439/CEE, do Conselho, de 16 de Junho, relativa à eliminação de óleos usados, conforme alterada pela Directiva n.º 87/101/CEE, do Conselho, de 22 de Dezembro de 1986, estabelecendo um conjunto de normas de gestão que visa a criação de circuitos de recolha selectiva de óleos usados, o seu correcto transporte, armazenagem, tratamento e valorização, e nesta última actividade dando especial relevância à regeneração.

A prossecução destes objectivos passa pela aplicação do princípio da responsabilização dos produtores, ou importadores, de óleos novos na gestão adequada do ciclo de vida útil dos óleos, sem, no entanto, descurar o envolvimento de outros intervenientes tais como os consumidores, os produtores de óleos usados, os operadores de recolha/transporte, de armazenagem, de tratamento e de valorização, bem como os municípios e outras entidades públicas. (sublinhado e negrito nosso)

Para o efeito, prevê-se a constituição de um sistema integrado de gestão, no âmbito do qual deverá ser conseguida uma adequada articulação de actuações entre os vários intervenientes no ciclo de vida dos óleos."

Assim, o diploma acima citado, para além de rever e completar a transposição para ordem jurídica interna da Directiva n.º 75/439/CEE, do Conselho, de 16 de Junho, e respetiva alteração relativa à eliminação de óleos usados, veio estabelecer um conjunto de normas de gestão que visam a criação de circuitos de recolha seletiva de óleos usados, o seu correto transporte, armazenamento temporário, tratamento e valorização, dando especial relevância à valorização através da regeneração, a qual consiste na refinação de óleos usados com vista à produção de óleos de base.

Neste sentido, o diploma prevê a constituição de um sistema integrado de gestão, no âmbito do qual deverá ser conseguida uma adequada articulação de atuações entre os vários intervenientes no ciclo de vida dos óleos, desde os produtores/importadores de óleos novos, aos consumidores finais, aos gestores de óleos usados e outros.

Por sua vez, a SOGILUB – Sociedade de Gestão Integrada de Óleos Lubrificantes Usados, Lda., como entidade gestora do Sistema Integrado de Gestão de Óleos Usados (SIGOU)[1], constituída no quadro do citado Decreto-Lei n.º 153/2003, de 11 de Julho (alterado pelo Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de Junho), foi licenciada pela primeira vez em 2005, tendo obtida uma nova Licença, em 30 de Abril de 2015, por Despacho Conjunto n.º 4383/2015, dos Ministérios da Economia e do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, publicado na II Série do Diário da República, n.º 84, de 30 de abril de 2015, que se junta em anexo - in <http://www.sogilub.pt/quem-somos/sogilub>.

Tal despacho conjunto constitui uma nova Licença concedida à SOGILUB, com validade até 31 de Dezembro de 2019, e abrange o território de Portugal Continental, sem prejuízo da obrigatoriedade da SOGILUB assegurar a sua atividade nas Regiões Autónomas - in <http://www.sogilub.pt/quem-somos/sogilub>.

Assim, tendo em conta a prossecução dos objetivos estabelecido no Decreto-Lei n.º 153/2003, de 11 de Julho e no Despacho Conjunto n.º 4383/2015, somos a considerar que, do ponto de vista legal e atento o interesse público subjacente (preservação do meio ambiente) e o estrito respeito por todas as normas legais que regulam a matéria objeto do presente protocolo, nada obsta a que esta autarquia celebre o protocolo de cooperação com a SOGILUB – Sociedade Integrada de óleos Lubrificantes Usados, Lda.

Tanto mais, que dispondo esta autarquia de atribuições no domínio do ambiente (ver n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro), considera-se, salvo melhor opinião, ser de todo o interesse para o Município e seus municípios que se estabeleçam mecanismos de cooperação tendo em vista a gestão ambientalmente equilibrada dos óleos lubrificantes usados produzidos no Município de Braga.

Finalmente, é de referir, cf. se pode verificar do site da internet da APA, I.P. (<https://www.apambiente.pt/index.php?ref=16&subref=84&sub2ref=197&sub3ref=275>), que a SOGILUB é o único sistema integrado de gestão de óleos usados atualmente existente no país.

À consideração superior,

## PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO

Entre:

**SOGILUB - Sociedade de Gestão Integrada de Óleos Lubrificantes Usados, Lda.**, com sede na Av. Eng.º Duarte Pacheco, Torre 2, Piso 6, Sala 4, Amoreiras, 1070-102 Lisboa, pessoa coletiva número 507026594 matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o mesmo número, neste ato devidamente representada por Aníbal Vicente, na qualidade de Diretor Executivo com poderes para o ato, adiante designada por "SOGILUB",

E

**Município de Braga**, com sede na Praça Municipal 4704-514, pessoa coletiva nº 506 901 173, representada neste ato por Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Braga, com poderes para o ato, adiante designada por CMB

Em conjunto designadas por "Outorgantes",

Considerando que:

- a) A SOGILUB é uma pessoa coletiva criada nos termos Decreto-Lei n.º 153/2003 de 11 de Julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 73/2011 de 17 de Junho), cujo objeto consiste na "prestação de serviços de gestão integrada de óleos lubrificantes usados, incluindo organização de recolha, transporte, armazenagem, seu tratamento e valorização; realização de estudos, campanhas, promoções e ações de comunicação; desenvolvimento e manutenção informática de base de dados", tendo sido licenciada como entidade gestora do Sistema Integrado de Gestão de Óleos Usados (SIGOU), por decisão conjunta dos Ministérios do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e da Economia e Inovação, de acordo com o previsto no n.º 1, do artigo 11.º, do mencionado diploma legal;
- b) Em 30-04-2015, por via da publicação no Diário da República, 2ª Série, nº 84, do Despacho n.º 4383/2015, de 21 de Abril de 2015, dos Ministérios da Economia e do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia - Gabinetes dos Secretários de Estado Adjunto e da Economia e do Ambiente, foi

concedida à SOGILUB, uma nova licença para a gestão do SIGOU, válida até 31 de Dezembro de 2019 - adiante apenas "Licença";

- c) Nos termos da Condição Especial 6.2.1) da Licença, a SOGILUB pode promover sinergias, através de protocolos de colaboração e/ ou acordos com outras entidades, com vista ao cumprimento das metas de regeneração, reciclagem e de valorização identificados no subcapítulo 1.3.1. da Licença;
- d) A CMB, no exercício das suas competências, produz Óleos Lubrificantes Usados e vê-se, muitas vezes, na contingência de recolher Óleos Lubrificantes Usados depositados nas suas instalações, aos quais importa dar um destino adequado;
- e) Ambas Outorgantes reconhecem a necessidade de se impulsionar uma gestão ambientalmente equilibrada dos Óleos Lubrificantes Usados produzidos em Portugal, assegurando que o seu tratamento e reciclagem decorram no estrito respeito por todas as normas legais;

É celebrado o presente Protocolo de Cooperação, nos termos da Condição Especial 6.2.1) da Licença, que se subordina aos considerandos anteriores e se rege pelas seguintes cláusulas:

#### **Cláusula Primeira**

##### **Objeto**

1. Pelo presente Protocolo, as Outorgantes pretendem estabelecer mecanismos de cooperação, com vista à gestão ambientalmente equilibrada dos óleos lubrificantes usados produzidos no município.
2. Como tal, as Outorgantes acordam na colocação de 1 reservatório que funcionará como local de receção de Óleos Usados, adiante designado por *oleão*, que será localizado nas instalações da CMB em:  
Estaleiro Municipal, sito na Rua das Travessas, 21/23, 4700-097, Dume Braga cujas coordenadas são, 41° 34'57''N e 8°25'50''O.
3. A CMB aceita a propriedade do oleão e assume, por si e por todos os seus trabalhadores e colaboradores toda a responsabilidade inerente à propriedade, detenção e bom uso dos mesmos, os quais lhe são cedidos em bom estado de conservação e aptos ao fim a que se destinam.
4. Considerando que os óleos usados provenientes dos cidadãos ficam abrangidos pelo SIGOU, a título residual, o oleão cedidos à CMB pode receber os mesmos, em respeito pelas responsabilidades e garantias infra.

5.A SOGILUB fica expressamente excluída de qualquer responsabilidade ambiental ou outra decorrente do uso do óleo para fim diverso daquele a que se destina, bem como, por qualquer responsabilidade decorrente da falta de boa conservação, manutenção e vigilância do mesmo.

#### **Cláusula Segunda**

##### **Ações a desenvolver pela SOGILUB**

No âmbito do presente Protocolo, a SOGILUB compromete-se a:

- a) Participar, de acordo com as suas disponibilidades e no âmbito das suas competências, em ações de formação/ informação/ divulgação promovidas pela CMB e para as quais a sua colaboração venha a ser solicitada;
- b) Colaborar em ações de formação ou informação identificadas pela CMB como importantes para a promoção de comportamentos tendentes à melhoria da recolha, segregação e encaminhamento dos resíduos;
- c) Disponibilizar o óleo, para colocação nos locais identificados número dois da Cláusula Primeira supra;
- d) Garantir a recolha dos óleos usados produzidos, de acordo com os requisitos legais em vigor, e manter o registo atualizado dos números relativos à quantidade de óleos recolhidos no local de entrega acima identificado, para fins estatísticos.

#### **Cláusula Terceira**

##### **Ações a desenvolver pela CMB**

1. No âmbito do presente Protocolo, a CMB compromete-se a:

- a) Divulgar e informar, quer os seus colaboradores, quer o público em geral, sobre o correto encaminhamento a dar aos óleos usados produzidos, de acordo com a legislação e regulamentação existente e a que, durante a execução do presente Protocolo, venha a ser publicada;
- b) Garantir que o óleo cedido pela SOGILUB é usado exclusivamente para a armazenagem de óleos lubrificantes usados;
- c) Garantir que o referido óleo é colocado e mantido em local devidamente controlado de modo a permitir o acesso condicionado de cidadãos apenas para os fins de entrega de óleos lubrificantes usados;
- d) Garantir a realização das operações necessárias à manutenção do óleo em bom estado de conservação, bem como assegurar o encaminhamento do mesmo para destino final, atendendo a que estes são construídos em material



reciclável, findo que seja o seu período útil de vida, suportando todos os inerentes custos;

- e) Garantir a colocação do óleo em local que respeite as normas de segurança e ambiente, entre outras, segregado e identificado, coberto, com boa visibilidade, adequada ventilação e acessibilidade, protegido contra impactos, afastado de fontes de ignição (proibição de fumar e foguear), com solo impermeável, fácil acesso frontal, provido de meios de proteção e combate a incêndio e Kit de absorção de derrames;
  - f) Assegurar a limpeza e funcionalidade do local onde se situa o óleo de forma a que a recolha do óleo usado aí decorra de forma rápida e segura;
  - g) Garantir o registo permanente dos serviços produtores de óleos usados e cidadãos que fazem as entregas de modo a permitir à SOGILUB a identificação dos respetivos mesmos em caso de contaminação dos óleos usados entregues;
  - h) Garantir o bom acondicionamento do óleo e respetiva segurança contra impactos e derrames e assegurar o cumprimento das regras estabelecidas pelas autoridades para os locais de colocação dos óleos;
  - i) Garantir a correta receção dos óleos entregues pelos serviços produtores de óleos usados e cidadãos e o controlo do nível do depósito;
  - j) Solicitar a recolha atempada dos óleos usados armazenados nos óleos ao recolhedor indicado, a cada momento, pela SOGILUB;
  - k) Obter os dados exatos de georreferenciação dos óleos a fim dos mesmos poderem estar devidamente identificados, entre outros, no site da SOGILUB;
  - l) Cumprir a legislação em vigor para a gestão deste tipo de resíduo.
2. No âmbito do SIGOU, a CMB é responsável pela correta armazenagem dos óleos usados no óleo acima identificado, nos termos da legislação em vigor e boas práticas ambientais vigentes.
3. A CMB compromete-se a não permitir a mistura nos óleos lubrificantes usados de quaisquer outros produtos. Os depósitos e locais de armazenagem dos óleos usados terão de permitir a sua recolha por aspiração para o camião cisterna em condições de segurança.
4. Nos casos em que sejam identificadas situações de não conformidade com as disposições legais aplicáveis no local de produção/recolha, é da total

responsabilidade da CMB, o encaminhamento para destino final dos resíduos, bem como os custos associados à sua gestão adequada nos termos da legislação em vigor, devendo a decisão acerca do encaminhamento para destino final adequado ser tomada em conjunto com a SOGILUB.

#### **Cláusula Quarta**

##### **Avaliação**

1. A CMB e a SOGILUB poderão realizar, uma reunião anual com vista a avaliar os resultados do presente protocolo, cuja data, local e hora será a acordar entre as Outorgantes.
2. A CMB ficará disponível para reunir mediante solicitação da Sogilub, podendo igualmente, quando se justificar solicitar reunião à mesma.
3. O oleão cedido à CMB poderá ser objeto de verificação por uma entidade externa idónea indicada pela Sogilub, nos termos e para os efeitos das auditorias previstas na Licença.

#### **Cláusula Quinta**

##### **Comunicações**

1. Todas as comunicações entre as Outorgantes a efetuar ao abrigo do presente Protocolo devem ser efetuadas por escrito, mediante carta ou e-mail, para as respetivas moradas das outorgantes a seguir indicadas:

**SOGILUB-Sociedade de Gestão Integrada de Óleos Lubrificantes Usados, Lda.**

**Telefone: 213802040**

**Av. Eng.º Duarte Pacheco, Torre 2, Piso 6, Sala 4 - Amoreiras**

**1070-102 Lisboa**

**Email: [geral@ecolub.pt](mailto:geral@ecolub.pt)**

**CMB-Câmara Municipal de Braga**

**Praça Municipal**

**Telefone: 253 203 150**

**4704-514**

**[municipe@cm-braga.pt](mailto:municipe@cm-braga.pt)**

2. Quaisquer alterações aos endereços indicados no número anterior apenas se tornarão efetivas após a receção pelas Outorgantes da respetiva comunicação escrita.

#### **Cláusula Sexta**

##### **Aditamentos**



Todos os aditamentos ao presente Protocolo farão parte integrante do mesmo e deverão constar de documento escrito e assinado por ambas as Outorgantes.

#### **Cláusula Sétima**

##### **Confidencialidade**

1. As Outorgantes comprometem-se a manter toda e qualquer informação e/ou documentação obtida e correspondência trocada, classificada pela entidade emissora de confidencial, na mais estrita confidencialidade.
2. Excetua-se do disposto no número antecedente as situações de litígio em que seja necessário apresentar documentos e revelar informações para efeitos de defesa dos direitos e interesses da Parte Outorgante.
3. A obrigação de confidencialidade manter-se-á mesmo após o termo de vigência do presente protocolo.

#### **Cláusula Oitava**

##### **Duração**

O presente Protocolo inicia a produção dos seus efeitos na data da respetiva assinatura e terá a duração de 1 ano renovável se não for denunciado, até ao final do atual período de licença da SOGILUB.

#### **Cláusula Nona**

##### **Resolução**

O presente Protocolo pode ser resolvido a todo o tempo por qualquer uma das Outorgantes, com base no seu incumprimento.

#### **Cláusula Décima**

##### **Exercício de Direitos**

Fica desde já estabelecido que o não exercício imediato ou o atraso no exercício de qualquer direito ou faculdade previsto no presente Protocolo por qualquer uma das Outorgantes não determina renúncia ao mesmo ou preclusão do direito de o exercer, mantendo a Parte em causa o direito de a qualquer momento exercer o respetivo direito ou faculdade.

#### **Cláusula Décima- Primeira**

##### **Foro**

1. As Outorgantes comprometem-se a envidar todos os esforços para chegarem a soluções concertadas e amigáveis no caso de surgirem dúvidas ou diferendos respeitantes à validade, interpretação ou execução do presente Protocolo.
2. Caso as Outorgantes não consigam resolver os diferendos nos termos do número antecedente, o litígio resultantes da validade, interpretação ou

execução do presente Protocolo deverá ser dirimido nos tribunais da comarca de Lisboa, com renúncia expressa a quaisquer outros.

Feito em Lisboa aos ... de ..... de 2016, em duas vias, ambas valendo como originais, devidamente rubricadas e assinadas, ficando uma na posse de cada uma das Outorgantes.

Pela SOGILUB

Pela CMB

.....  
Aníbal Vicente  
(Diretor Executivo)

.....  
Ricardo Rio  
(Presidente)